

## A PEDRA

9.10.56

**N**ÃO sei se a maioria parlamentar já se convenceu de que fez uma grande tolice congelando o inquérito sobre aquele negócio de madeira do sr. João Goulart. Esse ato foi de uma levandade tão grande que acho possível que essa gente do governo se convença disso e volte atrás. O recuo do governo no caso da lei da imprensa foi uma boa mostra de que ainda há alguma saúde mental pelas alturas. Para atender aos caprichos de alguns generais irritados o governo foi se metendo por um caminho extremamente perigoso, que só poderia conduzir à ditadura e conseqüente guerra civil. Teve, entretanto, o bom senso de reconsiderar seus planos quando sentiu o repúdio da opinião. Isto só pode honrar o sr. Juscelino.

O caso do sr. Jango é simples. Ele foi acusado de ter interferido em um negócio escuso com o fim de arranjar dinheiro de um ditador estrangeiro para aplicá-lo em uma campanha política brasileira. Formou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito que resolveu, em vista da gravidade do assunto... não funcionar.

Declarou-se inocente o sr. Jango; os jornais amigos falaram de «calúnias» e «infâmias» dos «golpistas», etc., e logo se têm silêncio sobre o caso. «E não se fala mais nisso!». Acontece que é evidente que todo mundo continuará a falar nisso, queiram ou não os amigos do sr. Jango. A acusação baseou-se em um inquérito oficial realizado em Buenos Aires. A coisa primária a fazer seria pedir vista desse inquérito, ouvir quem o dirigiu e as pessoas nele implicadas. A maioria da Comissão resolveu fazer de conta que esse inquérito não existe. Toda gente, inclusive a maioria da Comissão, sabe que ele existe, e onde está. Há algo de concreto, há papéis oficiais arquivados, indestrutíveis, dos quais foram publicadas fotocópias. Como afirmar que essas fotocópias são falsas se a Comissão se nega a tomar a providência primária de confrontá-las com o documento original?

Diz muito bem o sr. João Agripino: «encerrar os trabalhos da Comissão nesta fase é confessar a responsabilidade do sr. vice-presidente da República». É claro. O sr. Jango não se iluda. Por mais bom moço que ele seja, ele não terá sossego jamais em sua carreira política enquanto esse processo não vier à luz e não for publicamente debatido e estudado. Ele deveria ser o primeiro interessado em deixar tudo claro, em exigir do governo argentino a publicação do processo. A notícia da existência desse processo foi dada em nota oficial de uma repartição pública argentina. O governo daquele país não tem, portanto, o direito de negá-la. Em nome de sua honra política o sr. Jango estava no dever de exigir, do presidente Arambúru, a publicação do texto integral do documento, e a autorização às autoridades encarregadas do inquérito para depor diante da Comissão.

Preferiu-se «pôr uma pedra em cima». É uma bobagem. A pedra fica mexendo para um lado e outro, todo mundo fica olhando a pedra e todo passo que o sr. Jango der é com risco de dar uma topada naquela pedra. A maioria da Comissão pode ser amiga do sr. Jango, mas é sobretudo amiga da onça. Vocês vão ver como essa história vai render, e como seria muito melhor para a maioria, para o sr. Jango e para nós todos que não se escondesse a verdade, fôsse ela qual fôsse, seja ela qual fôr.